

CONVIVER “COM O DIFERENTE”

*Ir. Edi Maria Eidt, mscs**

Conviver não é simplesmente viver com alguém, lado a lado. Não é uma simples aceitação do outro. Mas, no meu entender, conviver significa entrelaçar culturas, dividir formas diversas de pensar, de ser, de agir, de crer, de perceber e encarar a própria vida, para criar, a partir deste convívio, algo diferente e novo em mim mesma e no outro.

Assim, o conviver com o outro - que nós muitas vezes chamamos “diferente” - nos faz sair do mundo individual e social a que estamos acostumados e abre diante de nós um universo a ser explorado e vivido. A diversidade torna-se pouco a pouco um valor, transforma-se em riqueza e faz saborear a vida numa amplitude mais profunda. A diversidade é uma realidade no convívio humano, em particular, no espaço da migração. Esta, quando aceita, torna-se fonte de mudança e riqueza, e quando rejeitada, torna-se razão de medo, agressividade e discriminação.

João Paulo II, em seu discurso na Assembleia da ONU, a 5 de Outubro de 1995 dizia a respeito da diversidade cultural:

Querer ignorar a realidade da diversidade – ou pior ainda, tratar de anulá-la - significa excluir a possibilidade de explorar as profundidades do mistério da vida humana. A verdade sobre o homem é o critério imutável com o qual todas as culturas são julgadas, mas cada cultura tem algo a ensinar acerca de uma ou outra dimensão daquela complexa verdade. Portanto, a diferença que alguns consideram tão ameaçadora poderá ser, mediante um diálogo respeitoso, a fonte de uma compreensão mais profunda do mistério da existência humana.

* Missionária de São Carlos Borromeo, scalabriniana, socióloga, desenvolve atividades pastorais junto a migrantes e refugiados na Angola.

Na realidade, a missão junto ao migrante tem a ver com a diversidade e a alteridade. Sem opção profunda pelo outro, seja à nível pessoal como Institucional, a missão a nós confiada tornar-se-á infrutífera. Esta opção esclarecerá os passos para uma ação pastoral eficaz. A ação pastoral impregnada de amor e compaixão - daquela compaixão que Jesus sentiu pelas multidões, pois *“eram como ovelhas sem Pastor”* (Mt 9, 36), será a mola propulsora do agir.

Não é possível fazer uma descrição de prática única na Pastoral junto ao migrante. O contexto histórico-político-social do país de origem e de acolhimento, bem como a caminhada da Igreja local devem estar entre as variáveis a serem consideradas. O conhecimento dos documentos oficiais da Igreja, de Eclesiologia, o percurso migratório com as principais causas e consequências, aspectos socioculturais dos grupos migrantes são outros aspetos relevantes. Portanto, é preciso ouvir e conhecer antes de emanar julgamentos e ações.

Da minha experiência pessoal junto às comunidades migrantes na Europa e por pouco tempo na Angola, África, constato situações diversas que devem receber também uma análise e prática diversa. A seguir, a síntese da realidade e a prática pastoral como eu a percebo.

A realidade vivida na Europa pelos migrantes é diferente daquela na África. No velho continente, a situação migratória não é mais, em sua grande maioria, de emergência ou de absoluta necessidade material. O impacto sofrido pelos imigrantes e pela sociedade autóctone é mais cultural, religioso e político com suas consequências, muitas vezes, de discriminação. Ali a migração mexe com o jeito de ser da sociedade e da própria Igreja no sentido de provocar uma abertura de mentalidade, de estrutura e de partilha. A comunidade cristã na Europa é chamada a assumir e viver a solidariedade e a interculturalidade. Nossa missão como missionárias é de promover a vivência da verdadeira comunhão entre povos e culturas diversas. O fato de que a paróquia seja um *“espaço também meu”* exige uma longa caminhada de integração e de fé e a compreensão de que *“não há mais grego, nem judeu... É o caminho da comunhão compreendido no seu todo. E numa expressão de João Paulo II, a diversidade é o caminho de “fecundação” de uma nova forma de ser.*

Difícil? Sim e é um grande desafio. Por parte da mulher missionária para os migrantes é fundamental maturidade psíquica, cultural, religiosa e eclesial bem como mentalidade aberta, espírito ecumênico e de

comunhão, para que saiba conduzir este processo sem ferir o imigrante nem o autóctone. Não há necessidade de perfeição; o caminho da comunhão deve ser construído junto, com criatividade, audácia, mas com firmeza passo a passo.

A África é outro continente, outra realidade. Basta lembrar a problemática de conflitos que assolam os países, seja no passado recente, bem como no tempo presente que cria uma multidão de refugiados entre países limítrofes e de deslocados internos.

Em particular na Angola, onde vivo no momento, no atual período histórico, depara-se com o chamado “inchaço das cidades”. A urbanização na Angola, segundo a estimativa da ONU para 2010, era de 58,5%. A pobreza e a falta de condições de sobrevivência é o que caracteriza as populações nas periferias das cidades. Com o êxodo rural e deslocamentos internos, movidos pelos projetos governamentais e de urbanização, acentuam-se também nas cidades a problemática da convivência entre as diferenças culturais e étnicas.

Além da migração interna, há a questão do repatriamento dos angolanos que foram refugiados nos países vizinhos. Logo após o término do conflito, entre 2003 e 2006, um processo de repatriamento permitiu o regresso ao país de cerca 475 mil angolanos, dos quais 410 mil viviam em países fronteiriços. Em Outubro-Novembro de 2008, cerca de 55 a 60 mil refugiados angolanos foram expulsos da República Democrática do Congo. Com a perda do estatuto de Refugiado em fins de 2011 houve o repatriamento voluntário de outros angolanos ainda refugiados nos países fronteiriços: Segundo o Ministério da Assistência e Reinserção Social e o ACNUR, são aproximadamente 60 mil que retornarão à Angola, dos 147.076 que vivem fora da Angola, nos países fronteiriços como refugiados. Este processo ainda está em andamento.

O fato da Angola, como membro da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), ter um papel de potência regional a seguir da África do Sul, constitui uma via de acesso a todos os mercados. No país há o registro de uma população estrangeira estimada em cerca de 368 mil, sem porém referir-se à nacionalidade. Durante o ano de 2010, o Serviço Migração e Estrangeiro (SME) realizou 740.098 atos para estrangeiros. Entre estes há profissionais, técnicos e simples operários.

Entre os países europeus, *Portugal* apresenta o maior número de imigrantes na Angola. A seguir vêm os brasileiros. O mundo asiático está

presente com indianos, coreanos, filipinos, seja como técnicos ou como operários nas firmas e petrolíferas; estão presentes também com pequenos negócios autônomos. Sobressaem, porém, os chineses. A China está hoje presente de forma bem visível, pelo menos em 44 dos 54 países africanos, com destaque para os países da África Subsaariana... Alguns artigos já publicaram que os chineses representam algo como 3% da população angolana. Em 2008, falava-se de um milhão de chineses na África.

Os recursos naturais e a economia da Angola – que está a crescer a uma das mais altas taxas do mundo – geraram fluxos migratórios, de requerentes de asilo, trabalhadores irregulares e pessoas traficadas para Angola, segundo observações da OIM, sem uma apresentação de dados sobre esta realidade. Angola já pode ser considerado um país de imigração. É interessante perceber que, na Angola, os diferentes aspectos da migração como um todo, isto é, êxodo rural, deslocamentos internos, repatriamentos e imigração, se dão no mesmo período histórico, diferente de outros países, onde estes processos foram historicamente separados.

A realidade migratória que se vive na Angola tem, como visto acima, múltiplas facetas. Os elementos que permeiam a ação pastoral devem levar em conta esta realidade. Em primeiro lugar, o conhecimento da evolução histórica do país e da complexidade da composição social, de etnias e culturas diversas que compõem o tecido social no seu todo é fundamental para garantir a qualidade do trabalho junto ao migrante. Aqui, o trabalho de emergência, de assistência social e legal, promoção humana, alfabetização bem como o ensino da língua portuguesa, de integração e de autossustentabilidade devem andar de mãos dadas com um programa de formação, seja para lideranças diocesanas, paroquiais, seja para os próprios migrantes internos. O trabalho em parceria com outras Instituições afins órgãos governamentais é imprescindível.

O fenômeno da imigração na Angola, do repatriamento e da questão de refugiados requer, por outro lado, serviços sociopastorais diferenciados por grupos linguísticos que englobem processos de integração e comunhão evitando assim a problemática da xenofobia. Com as empresas estrangeiras, técnicos e operários estrangeiros, é urgente criar consciência dos seus compromissos de responsabilidade social para com a população do país.

O serviço pastoral específico com grupos linguísticos - ainda muito carente – apresenta sempre o grande desafio, isto é, o de não se tornar uma Igreja paralela, isolada, mas uma comunidade que tenha como meta percorrer o caminho da comunhão com a Igreja local.

Outros grandes desafios na pastoral de migrações na Angola, que determinarão elementos fundamentais para a prática da Pastoral para os migrantes, permanecem: maior integração na sociedade e Igreja local angolana por parte dos estrangeiros; acolhimento e evangelização de povos não cristãos presentes no território; trabalho jurídico-social nas fronteiras da Angola e países limítrofes, bem como um trabalho em conjunto *Igreja e Serviço de Migração e Estrangeiros* nas fronteiras; mais trabalho junto a órgãos do Estado na solução de problemáticas resultantes da migração. Na migração interna, citamos: trabalhos sociais, tais como: casa de acolhimento, maior atendimento nos setores da saúde, educação, moradia, assessoria jurídica (devido à falta de documentação), trabalho pastoral de integração (devido ao forte tribalismo e diferenças de culturas), advocacia junto ao governo para o respeito e defesa dos direitos de cada cidadão.

A missão da Igreja, porém, não pode parar no social, deve ir além disso. Sobre isto, dizia o Núncio Apostólico na Angola, em 2010, por ocasião do primeiro encontro nacional da Pastoral de Migrações: “A Igreja inculca nas pessoas envolvidas neste fenômeno migratório a verdade que, apesar do sofrimento e da angústia, evidencia a presença d’Aquele que é a Vida, Jesus Cristo, sempre presente com a sua misericórdia”. Esta verdade requer também por parte dos responsáveis da Igreja uma maior atenção e atuação.

Como conclusão diria que em qualquer realidade migratória o ato de conviver, partilhar a vida, as experiências e o jeito de ser entre pessoas e culturas diferentes requer, por parte do missionário(a), mudança dos esquemas mentais, a prática da empatia e criatividade, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade de diálogo, bem como a conquista de uma mentalidade larga e universal.

No plano operativo, as estratégias e as ações no campo migratório serão determinadas pelas variáveis que apresentam a realidade histórica, social, política, religiosa e eclesial. Não se pode, porém, olhar a realidade somente imediata, mas a ótica deve ser lançada mais longe, a longo prazo, discernindo igualmente os desafios ocultos e estruturais bem como diversificar as abordagens.

Estou convicta que o trabalho sociopastoral com os migrantes se torna eficaz na medida em que vivo o que diz João Batista: “*que Ele cresça e eu diminua*” (Jo 3,30), tendo consciência que o rosto do outro, do “diferente” é o rosto de Deus.